

■ ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Conferência Internacional de Integridade Pública

■ ONU

CGU na 28ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima

■ OCDE

Encontro do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários da Integridade Pública

46ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa

Mesa Redonda sobre Governança Corporativa

Reunião Interseccional do Grupo de Trabalho sobre Empresas Estatais e Práticas de Privatização

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional

OCDE lança, em parceria com a CGU, o relatório "Fortalecendo a Liderança em Integridade na Administração Pública Federal do Brasil"

■ MERCOSUL

XXI Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno

■ CPLP

X Conferência dos Organismos Estratégicos de Controle Interno

■ G20

Conscientização de Servidores Públicos sobre o Combate à Corrupção

■ REDES

5ª Reunião da Rede de Agentes de Aplicação da Lei Anticorrupção na América Latina e Caribe

Conferência Anual Internacional de Integridade e 7ª Reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe OCDE-BID

■ RETROSPECTIVA 2023

NOTÍCIAS DA ASCOM

[Servidores da DIE têm artigo aceito em conferência sobre Inteligência Artificial](#)

[CGU participa de workshop em projeto de cooperação triangular no Paraguai](#)

[Conferência Internacional aprova resolução brasileira por Integridade no Setor Privado](#)

[Brasil reforça compromisso com Integridade pública e privada em Fórum Internacional](#)

[SIP participa de curso sobre insights comportamentais na Dinamarca](#)

[DIE apresenta projeto Llama2GovBR em reunião da Comunidade Prática da OCDE](#)

[CGU sedia a XXI Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno em países do Mercosul](#)

[CGU participa de encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação na Cidade do México](#)

[CGU apresenta ações de colaboração com dados abertos na Condatos 2023](#)

[Inspeção Geral de Finanças de Moçambique conclui visita técnica ao Brasil](#)

[Brasil sediará os dois maiores eventos sobre dados abertos da América Latina em 2024](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

CLAD

XXVIII Congresso Internacional sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública

No período de 21 a 24 de novembro de 2023, ocorreu em Havana, Cuba, o XXVIII Congresso Internacional do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, o encontro mais importante da América Latina para apresentar e debater experiências e pesquisas na área.

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou do evento, sendo representada pelo assessor especial Pedro Cavalcante, que coordenou o painel "Inovação na gestão pública: do novo ao normal".

Na oportunidade, foram discutidos o trabalho "Intersecção entre inovação e controle nas políticas públicas", de Cavalcante com coautoria da secretária-executiva da CGU, Vânia Vieira, e do

assessor Daniel Mol; e o artigo "Integridade pública: a abordagem holística como inovação", de autoria da secretária Izabela Moreira Correa e do diretor Pepe Tonin.

O Conselho Diretor do CLAD elegeu o Brasil, representado por Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, como presidenta. A próxima edição do Congresso Internacional será realizada no território brasileiro, em local ainda a ser definido.

O CLAD é uma organização pública internacional e intergovernamental, fundada em 1972. Sua criação foi respaldada pela Assembleia Geral das Nações Unidas e sua missão é promover o intercâmbio de experiências entre governos visando a modernização da administração pública.

PANORAMA

Conferência Internacional de Integridade Pública

A [Conferência Internacional de Integridade Pública](#), promovida pela Controladoria Geral da União (CGU), em 05 e 06 de dezembro de 2023, inaugurou um espaço para a promoção do debate sobre os avanços da agenda de integridade, o fortalecimento das instituições e da governança democrática no país.

Alinhada com as melhores diretrizes internacionais sobre o tema, a Conferência proporcionou uma profunda interação

entre especialistas internacionais, gestores governamentais e personalidades do mundo corporativo. Os atores estavam imbuídos em um espírito de vanguarda de troca de visões, experiências e diálogos e destacaram a convergência em relação à agenda de integridade indissociável das discussões sobre direitos humanos. Além disso, compartilharam a visão de que o enfrentamento da corrupção envolve uma agenda pró-equidade, antidiscriminação e de respeito aos valores éticos.

Também restou evidente, consoante as experiências internacionais compartilhadas no evento, que a corrupção é um problema complexo, multifacetado, cujo enfrentamento deve reconhecer as especificidades locais, os aspectos culturais, os diversos segmentos e setores de mercado, a distribuição das forças político e econômicas, bem como os interesses dos diversos agentes envolvidos.

Durante a Conferência, o ministro Vinícius Marques de Carvalho apresentou uma importante iniciativa para a consolidação da agenda de integridade no Brasil: o [Modelo de Maturidade em Integridade Pública \(MMIP\)](#). Trata-se de uma publicação que consubstancia um conjunto de diretrizes e orientações aos órgãos, entidades e gestores, com fulcro no fortalecimento dos processos necessários à promoção de uma gestão de integridade robusta.

[Ministro da CGU anuncia modelo sobre maturidade de integridade pública](#)

Também mereceu destaque a apresentação da recém-lançada publicação [Fortalecendo a Liderança em Integridade](#)

[na Administração Pública Federal do Brasil: Aplicando Insights Comportamentais para a Integridade Pública](#)

Fruto de pesquisa de dados cuja coleta ocorreu em 2022, e de uma parceria entre Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a CGU, o documento ressalta a importância de integrar a avaliação de integridade nas competências de lideranças públicas.

Conforme Mike Cressey da OCDE, "é fundamental incluir explicitamente a avaliação de integridade junto com as avaliações de competências na indicação dos líderes sêniores". Isso implica que os líderes devem não apenas gerir, mas também incorporar e exemplificar os valores de integridade em suas ações diárias de modo a difundir os por meio de seus comportamentos.

Por fim, foi apresentado no evento o relatório [Drivers of Trust in Public Institutions in Brazil](#), a partir de uma pesquisa realizada no país pela OCDE, no período de abril e maio de 2022, tendo por objeto a confiança em instituições públicas no Brasil.

GOVERNO ABERTO

Reunião com a consultora regional sênior da OGP

A Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu, em 7 de dezembro de 2023, a consultora regional sênior de Apoio aos Países Americanos da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), Carolina Cornejo.

O objetivo do encontro foi tratar sobre a Parceria de Governo Aberto, a metodologia de construção e execução dos Planos de Ação Nacional no Brasil e, principalmente, o processo de implementação do [6º Plano de Ação de Governo Aberto](#). Essa atividade contou com a presença

de representantes de órgãos do governo coordenadores dos compromissos que integram o Plano e representantes de organizações que compõem o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT de Governo Aberto do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção).

A representante da OGP aproveitou a ocasião para incentivar os órgãos de governo e os representantes da sociedade civil a construir iniciativas de governo aberto para além dos planos de ação, a fim de solucionar questões de interes-

se público, e que contribuam para o aprimoramento da democracia.

Por meio da articulação da CGU, a representante da OGP também se reuniu com os servidores da Secretaria de Transparência do Senado Federal. A reunião teve como pauta a apresentação de iniciativas do Legislativo que abrangem os princípios de governo aberto e as oportunidades de engajamento do Legislativo nessa plataforma internacional.

O Senado Federal apresentou o Observatório da Mulher Contra a Violência, o Portal da Transparência do Senado Federal e o Conselho de Transparência e Controle Social, que é um órgão consultivo da Presidência do Senado e da Comissão Diretora. Além disso, houve o relato sobre a iniciativa [Panorama do Legislativo Municipal](#), um dos vencedores do *OGP Awards* na Conferência Glo-

bal da OGP, realizada nos dias 6 e 7 de setembro de 2023.

Carolina Cornejo expôs aspectos do [Memorando sobre Engajamento Parlamentar da OGP \(Memorandum on Parliamentary Engagement\)](#) e as [possibilidades de participação legislativa](#). Mencionou como formas de atuação os Planos de Parlamento Aberto independentes ou anexados aos Planos de Ação Nacionais; a articulação de eventos de governo aberto pelo Legislativo; oportunidades de apresentar compromissos no Plano de Ação do país, respeitando todo o processo de participação social e co-criação da OGP e, sempre que possível, em parceria com o ponto focal do país.

As reuniões contaram com a participação de gestores e técnicos da Diretoria de Governo Aberto e Transparência e de outras áreas da CGU.



A consultora da OGP, Carolina Cornejo, e representantes do Brasil em reunião na sede da CGU

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

A atuação da Controladoria-Geral da União (CGU) nas atividades promovidas pelas Nações Unidas, entre novembro e dezembro de 2023, foi marcada por dois grandes eventos: a 28ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima, nos Emirados Árabes Unidos, e a Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (CoSP-UNCAC), nos Estados Unidos. Confira a cobertura da CoSP-UNCAC no caderno especial dessa edição do boletim.

Paris foi sede das reuniões dos grupos de trabalho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) dedicados à integridade pública, às estatais e ao suborno transnacional, assim como recebeu a reunião do Comitê de Governança Corporativa. Sob essa temática, houve também uma mesa redonda em São Paulo, dedicada ao lançamento da versão revisada dos Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE.

Destaca-se a atuação conjunta entre a CGU e a OCDE, que culminou no lançamento do relatório [Fortalecendo a Liderança em Integridade na Administração Pública Federal do Brasil: Aplicando Insights Comportamentais para a Integridade Pública](#).

Na área de governo aberto, a [CGU participou da 10ª Edição da Abrelatam e Condatos](#), no Uruguai, entre os dias 31 de outubro e 03 de novembro. Estes são os encontros mais importantes sobre dados abertos da América Latina e Caribe e [serão realizados no Brasil em 2024](#).

Ainda na região da América Latina e Caribe, as redes de Agentes de Aplicação da Lei Anticorrupção e de Integridade Pública realizaram seus encontros regulares, promovendo espaços para trocas de experiências. A Rede de Transparência e Acesso à Informação se encontrou no México, tendo o [combate a desinformação como tema de um de seus painéis](#).

As discussões específicas sobre controle interno tiveram lugar tanto no [Mercosul](#), quanto na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Já no âmbito do G20, a presidência do Grupo Anticorrupção promoveu um evento relativo à conscientização de servidores sobre o combate à corrupção.

ONU

COP 28

CGU na Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 28). A edição

ocorreu na cidade de Dubai, Emirados Árabes Unidos, no período de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023.

A agenda climática é uma das prioridades do governo brasileiro. Além disso, em 2025, a COP30 ocorrerá em Belém do Pará. O Ministério das Relações Exteriores buscou engajar os três Poderes das diferentes esferas de governo, e entidades da sociedade civil. Nesse contexto, insere-se a delegação brasileira que foi enviada à COP 28.

O debate internacional a respeito do clima enfrenta desafios consideráveis. Há lacunas na implementação no **Acordo de Paris**, aprovado durante a COP 21, que busca limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C em relação a níveis pré-industriais. Durante a COP28, foi adotado o primeiro **Balanco Global do Acordo de Paris**, relativo ao primeiro ciclo de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês). Uma nova rodada de apresentação de NDCs será iniciada durante a COP 30.

Como resposta aos desafios, a COP28 estabeleceu objetivos globais para a transformação dos sistemas energéticos em direção à neutralidade climática até o ano de 2050, para que seja cumprido o objeti-

vo do Acordo. Também foram aprovados o Objetivo Global de Adaptação e o **Fundo de Perdas e Danos** para lidar com os impactos das mudanças climáticas.

A participação da CGU no evento teve como objetivo buscar a interação com os diversos atores do Brasil e de outros países sobre as ações que estão sendo gestadas e implementadas de enfrentamento à crise climática, conhecer avanços e desafios, além de prospectar estratégias para a participação na COP29 e, em especial, na COP30. Os representantes da CGU foram os auditores Danielle Costa de Moura da Secretaria Federal de Controle Interno e Adriano Souza de Freitas da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais.



Os servidores Adriano Freitas e Danielle Moura na COP 28

Danielle Moura participou de diferentes painéis sobre temas relacionados ao meio ambiente, área em que atua, assim como outros relacionados às políticas de infraestrutura. Entre os assuntos abordados, estão a justiça climática como caminho para redução das desigualdades, a transformação ecológica e seu financiamento, a reestruturação do Fundo do Clima e o combate ao desmatamento.

O servidor Adriano Freitas, por sua vez, destaca a participação nos painéis relacionados à colaboração entre atores para cumprimentos das metas climáticas, à avaliação da atuação dos governos, aos caminhos para a COP30, ao papel do G20 e ao [Acordo de Escazú](#).

OCDE

SPIO

Encontro do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários da Integridade Pública



Sede da OCDE em Paris

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nos dias 06 e 07 de novembro de 2023, do encontro semestral do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários da Integridade Pública (Working Party of Senior Public Integrity Officials – SPIO) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O en-

contro, ocorrido em Paris, contou com a presença de autoridades de diversos países e abordou temas atuais e relevantes para a temática da integridade pública.

O SPIO/OCDE promove o desenvolvimento e a implementação de políticas de integridade e de prevenção à corrupção, por meio, entre outros, da troca de expe-

riências entre representantes dos países participantes. O grupo busca, ainda, fortalecer os valores, a credibilidade e a capacidade das instituições envolvidas no desenvolvimento de políticas públicas, por meio da troca de experiências, boas práticas e lições aprendidas.

Com a finalidade de nortear as discussões, o evento foi dividido em painéis te-

máticos compostos por apresentações de iniciativas expressivas em cada assunto. A coordenadora-geral de Programas de Integridade, Tatiana Petry, realizou apresentações nos painéis: "Explorando tecnologia e dados na salvaguarda da integridade" e "Insights comportamentais para a integridade pública", compartilhando as iniciativas atuais da CGU.

A lista completa de painéis ocorridos no evento está disponível abaixo:

- Fortalecendo a integridade no pré/pós cargo público;
- *Brainstorming* para o Fórum Global Anticorrupção e de Integridade da OCDE 2024;
- Avançando com reformas anticorrupção e de integridade durante a reforma estrutural europeia;
- Atualização da iniciativa global para galvanizar o setor privado como um parceiro no combate à corrupção;
- Explorando tecnologia e dados na salvaguarda da integridade;
- Panorama anticorrupção e de integridade da OCDE;
- Insights comportamentais para a integridade pública;
- Fortalecendo a proteção ao denunciante: desafios e lições aprendidas;
- Atualização do Princípio 10 dos Indicadores de Integridade Pública da OCDE.

A Coordenação-Geral de Programas de Integridade disponibilizará as apresentações para as áreas da CGU que manifestarem interesse por meio do endereço sip.cgpin@cgu.gov.br.

PARIS

46ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa

Nos dias 13 e 14 de novembro de 2023, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou da reunião do Comitê de Governança Corporativa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, França.

Na ocasião, o Comitê designou o seu presidente, vice-presidentes e Mesa para 2024. O presidente em exercício, Masato Kanda, vice-ministro das Finanças do Japão, continuará a presidir o Comitê. O Brasil participará do Comitê como membro do G20, tendo como chefe da delegação João Pedro Nascimento, presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

O diretor de Promoção e Avaliação de Integridade Privada, Renato Machado, representou a CGU no evento. Foram tratados os temas de supervisão e monitoramento da implementação de governança corporativa, inclusive sob o aspecto de integridade, combate à corrupção e sustentabilidade, com base nos [Princípios de Governança](#)

[Corporativa do G20/OCDE](#) e nas Diretrizes da OCDE. Também houve discussão sobre governança corporativa de empresas estatais, com o apoio do órgão subsidiário, o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização.



Documentos da OCDE que embasaram as discussões sobre governança corporativa

AMÉRICA LATINA

Mesa Redonda sobre Governança Corporativa

Representando a Controladoria-Geral da União (CGU), a Diretoria de Auditoria de Estatais, participou, nos dias 27 e 28 de novembro de 2023, da reunião *OECD-Latin America Roundtable on Corporate Governance*, realizada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em São Paulo.

Estabelecido em abril de 2000, o evento anual tem como objetivo direcionar melhorias na governança corporativa, proporcionando um fórum para a troca de experiências entre formuladores de políticas, reguladores e partes interessadas. No ano de 2023, a reunião teve como principal objetivo o lançamento regional da versão revisada do documento [Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE](#) e incluiu a apresentação da edição anual do [Corporate Governance Factbook – 2023](#).

Ao reunir as principais instituições e especialistas envolvidos na reforma da governança corporativa na América Latina, o evento visou oferecer oportunidade para um balanço de ações realizadas e ajudar a estabelecer a agenda para futuras melhorias na governança corporativa regional. A reunião foi dividida em sessões temáticas:

Sessão 1: Sustentabilidade e resiliência no setor corporativo

A discussão abrangeu as recomendações do novo capítulo sobre sustentabilidade e resiliência dos Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE. Além disso, houve apresentação de alguns aspectos-chave para divulgação da sustentabilidade nos 49 países incluídos no *Corporate Governance Factbook – 2023*,

assim como foram abordadas as tendências atuais para a sustentabilidade corporativa na América Latina e em âmbito global;

Sessão 2: O papel do conselho de administração

Versou sobre a divulgação de informações a respeito da composição e remuneração do conselho de administração. Adicionalmente, os participantes interagiram sobre os critérios para um membro individual ser considerado “independente”, bem como os deveres fiduciários do conselho e a proteção dos membros do conselho contra litígios;

Sessão 3: O papel dos investidores institucionais na governança corporativa

A discussão tratou do envolvimento dos investidores institucionais, levando em consideração a variedade dos modelos de negócios e estratégias de investimento;

Sessão 4: Direitos dos detentores de títulos e mercados de títulos

Tratou dos títulos sustentáveis, a divulgação em contratos de dívida, o papel dos fiduciários independentes de títulos e a reestruturação de dívidas fora dos tribunais, bem como quadros regulatórios para emissores não listados de títulos negociados publicamente;

Sessão 5: Revisão das Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais

A reunião discutiu as principais questões consideradas na revisão em curso das Diretrizes da OCDE sobre [Governança Corporativa de Empresas Estatais](#) e forneceu uma visão geral dos próximos passos do processo de reanálise do documento; e

Sessão 6: Desenvolvimento do Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A sessão discutiu como um quadro efetivo de governança corporativa pode apoiar o desenvolvimento dos mercados de capitais, as principais tendências nos mercados de capitais e os desenvolvimentos regulatórios mais recentes relacionados à governança corporativa na América Latina.

O evento contou, ainda, com palestra especial de Leo. E. Strine Jr., professor da Harvard Law School, que compartilhou suas opiniões sobre o atual estágio de desenvolvimento relacionado aos deveres fiduciários de diretores e o lobby corporativo nos Estados Unidos.

O Brasil foi representado no evento pelo auditor da CGU Alan Gonzaga da Costa, pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários, João Pedro do Nascimento, e diretores da autarquia federal, bem como servidores da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.



O servidor Alan Gonzaga durante o evento da OCDE sobre governança corporativa

ESTATAIS

Reunião Interseccional do Grupo de Trabalho sobre Empresas Estatais e Práticas de Privatização

Representando a Controladoria-Geral da União, a Secretaria Federal de Controle, participou da reunião do Grupo de Trabalho sobre Empresas Estatais e Práticas de Privatização (WPSOPP, na sigla em inglês), realizada em formato virtual, no dia 28 de novembro de 2023.

Na ocasião, a delegação brasileira foi composta pelo auditor Alan Gonzaga da Costa e por servidor do corpo diplomático do Ministério das Relações Exteriores.

O foco principal da reunião foi a revisão da empresa Azerbaijan Investment Holding (AIH) e suas subsidiárias, em conformidade com as Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais. Na primeira parte da reunião, o grupo discutiu o rascunho preliminar de revisão da AIH.

O relatório intermediário resumiu as informações disponibilizadas pelas autoridades azerbaijanas por meio de respostas

aos questionários encaminhados, bem como as informações obtidas durante uma missão de coleta de dados do secretariado da OCDE, realizada na cidade de Baku, em outubro de 2023.

Na segunda parte da reunião, a Ucrânia solicitou a palavra para fornecer uma atualização sobre suas recentes reformas. A interação contou com apresentação de Oleksii Sobolev, ministro da Economia da Ucrânia, que discorreu sobre a evolução da governança corporativa das empresas estatais e os respectivos objetivos estabelecidos. Destacou-se, ainda, a indicação de fortalecimento do processo de inclusão de membros independentes nos conselhos das empresas estatais ucranianas. Além disso, para o 2024, foi registrada a proposta de adoção de uma norma geral para empresas estatais e um programa de privatização que poderá ser postergado em razão da lei marcial vigente no país.

WGB

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Suborno

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou de reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (Working Group on Bribery - WGB), entre os dias 5 e 8 de dezembro de 2023, na sede da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, França. A delegação brasileira foi composta pelo diretor de Promoção e Avaliação de Integridade Privada, Renato Machado, os servidores Júlia Lírio e Rafael Luz, além de representantes da Advocacia-Geral da União e do Ministério das Relações Exteriores.



Rafael Luz, Renato Machado e Júlia Lirio acompanharam a reunião do WGB

A reunião ficou marcada pela decisão dos membros do Grupo de Trabalho em não reconduzir a atual *chair* do WGB, a holandesa Danielle Goudriaan, para o próximo ano, e cujo mandato iria até dezembro de 2026. Os países do WGB entenderam haver um potencial conflito de interesses com a prática da advocacia particular pela *chair*, justamente na área de corrupção e suborno transnacional.

O WGB abrirá um novo processo de recrutamento para a vaga, tendo criado um grupo *ad hoc*, composto por oito países (Brasil, Costa Rica, França, Itália, Letônia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos), que irá conduzir o processo de seleção. As entrevistas estão previstas para a ple-

nária de junho de 2024 e o início do mandato para outubro. Nesse ínterim, o grupo será liderado pelo atual vice-chair, Chris Basiurski, do Reino Unido.

A agenda de trabalho incluiu, ainda, o monitoramento regular da implementação da Convenção pelos países membros, com destaque especial para a participação de representantes do Brasil, juntamente com especialistas da África do Sul, no relatório oral de acompanhamento de um ano da Espanha, no contexto da Fase 4 de avaliação. O diretor Renato Machado e o auditor Rafael Luz atuaram como examinadores e participaram da discussão do relatório de acompanhamento.

Além disso, houve a realização do *Tour de Table*, exercício coletivo em que os países membros do WGB apresentam e discutem casos em andamento de suborno transnacional. O Brasil não teve novos casos a apresentar, mas foi instado a prestar informações sobre os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a nulidade do uso de provas obtidas por meio do acordo de leniência com a Odebrecht em outros procedimentos criminais. Naquela ocasião, o Brasil reiterou que a decisão não afetava os termos e as obrigações do referido acordo, que continuava sendo integralmente cumprido pela empresa.

Renato Machado também representou o Brasil em um painel, ao lado de França, Estados Unidos e Suíça, apresentando estratégias utilizadas na negociação de casos multijurisdicionais na Rede Global de Autoridades Governamentais de Combate ao Suborno Transacional (Global Network of Law Enforcement Practitioners against Transnational Bribery - GLEN). O diretor coordenou, ainda, a apresentação de um caso na *break out session*.

A próxima reunião plenária do Grupo está marcada para ocorrer entre os dias 5 e 8 de março de 2024, na sede da OCDE, em Paris.

PUBLICAÇÃO

OCDE lança, em parceria com a CGU, o relatório “Fortalecendo a Liderança em Integridade na Administração Pública Federal do Brasil”

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou, em 5 de dezembro de 2023, o relatório [Fortalecendo a Liderança em Integridade na Administração Pública Federal do Brasil: Aplicando Insights Comportamentais para a Integridade Pública](#). O documento é o último dos três produtos previstos no âmbito de acordo de cooperação firmado entre o Brasil e o organismo internacional em 2019. O relatório tem o objetivo de contribuir para maximizar o impacto das políticas de integridade no Brasil, por meio da aplicação de conceitos das ciências comportamentais.

Ao longo de sua estrutura, o relatório analisa o panorama da liderança em integridade no Brasil e busca explorar as formas pelas quais os líderes podem promover ativamente uma cultura de integridade, oferecendo aos funcionários as ferramentas e a confiança para fazerem escolhas éticas. Seus achados se baseiam em uma pesquisa realizada em junho de 2022, respondida por cerca de 1500 altos agentes públicos brasileiros, distribuídos por mais de 100 instituições. A partir dos resultados, o relatório explora aspectos como a seleção, a avaliação e o treinamento de líderes, a forma de comunicação entre líder e equipe e as diferenças de gênero, sempre utilizando uma abordagem comportamental.

A Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria de Integridade Pública, participou ativamente do processo de discussão, revisão e tradução do relatório, fornecendo informações e percepções importantes, a fim de garantir sua aderência e aplicabilidade ao cenário atual da administração pública brasileira.

MERCOSUL

REOGCI

XXI Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno

Realizou-se nos dias 16 e 17 de novembro de 2023, na cidade de Brasília, sob a presidência temporária do Brasil, a XXI Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno (REOGCI), com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e a participação do Uruguai por videoconferência. Honduras e México participaram como países convidados.

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, o secretário-executivo adjunto, Cláudio Torquato da Silva, o secretário federal de Controle Interno, Ronald da Silva Balbe, e outras autoridades participaram da abertura do evento. [Confira a matéria da Ascom](#)



Ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, e autoridades na mesa de abertura da REOGCI

Durante a reunião, foram tratados os seguintes temas:

1. CONTROLE INTERNO NO APRIMORAMENTO DA AGENDA VERDE

A agenda verde reúne um conjunto de políticas e medidas destinadas a enfrentar de-

saíofis ambientais, como as mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de fontes de energia limpa e renovável. Isso pode incluir iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, promover o uso de energia renovável, proteger ecossistemas frágeis e promover práticas agrícolas sustentáveis, entre outras ações. O controle interno pode contribuir com a agenda verde no fornecimento de transparência, responsabilização e informações críticas para o governo e para o público em geral. Exemplos de ações de controle interno:

- **Avaliação de Conformidade:** a auditoria interna pode avaliar se os órgãos governamentais estão cumprindo as leis, regulamentos e políticas relacionadas à proteção ambiental e à sustentabilidade. Isso inclui revisar se os programas e projetos relacionados à agenda verde estão em conformidade com as normas estabelecidas;
- **Avaliação de Eficiência:** propõe-se a avaliar a eficiência dos programas e políticas ambientais, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz para atingir metas e objetivos ambientais. Isso ajuda a evitar o desperdício de recursos públicos;
- **Avaliação de Resultados:** a auditoria interna pode avaliar os resultados e impactos das políticas e programas ambientais, medindo seu sucesso na consecução de metas de sustentabilidade e na redução do impacto ambiental;
- **Identificação de Riscos Ambientais:** tem por finalidade identificar riscos ambientais potenciais ou existentes, ajudando o governo a desenvolver estratégias para mitigar esses riscos. Isso é particularmente importante em relação às mudanças climáticas, desastres naturais e outros eventos que podem afetar o meio ambiente;

2. PAPEL DO CONTROLE INTERNO NO MONITORAMENTO DA INFRAESTRUTURA

A discussão envolve ações de controle interno que visam o aperfeiçoamento da gestão eficaz da infraestrutura pública de modo a garantir eficiência, transparência, responsabilidade e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Exemplos de ações de controle:

- **Auditorias de Desempenho:** realizar auditorias detalhadas em projetos de infraestrutura para avaliar o uso eficiente dos recursos, identificar possíveis desperdícios e garantir que os objetivos do projeto sejam alcançados;
- **Revisão de Licitações e Contratos:** tem o objetivo de garantir de que os processos de licitação estejam em conformidade com as leis, que os critérios de seleção sejam transparentes e que não haja conflitos de interesse. Verifica se obras estão sendo executadas conforme os parâmetros de qualidade e desempenho definidos no projeto licitado, a correspondência entre os valores medidos e os serviços executados, assim como a observância dos preceitos legais, especialmente, na celebração de aditivos contratuais;
- **Avaliação de Riscos:** identificar e avaliar riscos associados aos projetos de infraestrutura, incluindo riscos financeiros, operacionais, socioambientais; além de propor estratégias para mitigar esses riscos;

- Verificação de Conformidade Legal: objetiva garantir de que todos os aspectos legais e regulatórios dos projetos estejam em conformidade com as leis e normas aplicáveis. Isso inclui regulamentações socioambientais, de segurança dos trabalhos na construção e na operação dos empreendimentos, normas técnicas de qualidade e de códigos de construção;
- Avaliação de Transparência: examinar a transparência das informações relacionadas aos projetos de infraestrutura, incluindo a divulgação dos custos e benefícios estimados dos empreendimentos, progresso do projeto e resultados alcançados. Pretende garantir que as informações sejam acessíveis ao público e aos tomadores de decisão;
- Avaliação de Sustentabilidade: avaliar o impacto socioambiental dos projetos de infraestrutura e promover práticas sustentáveis, garantindo que os projetos estejam alinhados com metas de desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas.

3. OS DIREITOS HUMANOS NA AGENDA DO CONTROLE INTERNO

Essa temática abrange ações de controle interno que desempenham papel significativo na promoção dos direitos humanos ao garantir que as organizações governamentais operem de maneira justa, transparente e equitativa. São exemplos de ações de controle:

- Auditorias de Conformidade com Leis e Regulamentos: verificar se os processos de recrutamento e promoção são justos, não discriminatórios e em conformidade com leis antidiscriminação;
- Avaliação da conformidade com regulamentos de acessibilidade para garantir que serviços públicos sejam acessíveis a pessoas com deficiência;
- Auditorias de Direitos dos Trabalhadores: verificar a conformidade com leis trabalhistas;
- Avaliação sobre as condições de trabalho para garantir que sejam seguras e saudáveis, em conformidade com os padrões de direitos humanos;
- Auditorias de Transparência e Responsabilidade: verificar a transparência nos processos orçamentários, garantindo que os fundos sejam alocados de forma justa e equitativa;
- Auditorias sobre Educação: avaliar a qualidade da educação e a igualdade de acesso a oportunidades educacionais para todos os grupos demográficos;
- Auditorias de Serviços de Saúde e Assistência Social: quanto ao acesso a cuidados de saúde: avaliar o acesso igualitário a serviços de saúde, incluindo cuidados preventivos, diagnósticos e tratamentos. Em relação à assistência social: verificar a equidade na distribuição de benefícios e serviços de assistência social para garantir que aqueles que precisam sejam atendidos adequadamente;
- Auditorias de Direitos dos Grupos Vulneráveis: quanto à proteção das crianças, avaliar programas de proteção à infância, incluindo medidas contra o trabalho infantil e acesso a uma educação de qualidade. Em relação à proteção dos idosos, verificar se os direitos e necessidades dos idosos são atendidos, incluindo cuida-

dos de saúde e moradia adequada;

- Avaliação de Políticas e Impacto Social: avaliar o impacto das políticas governamentais sobre os direitos humanos, garantindo que promovam a igualdade, a justiça e o respeito pelos direitos individuais;
- Integração dos Direitos Humanos: assegurar que a promoção dos direitos humanos seja integrada em todas as políticas e práticas governamentais.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE MATURIDADE UTILIZANDO A FERRAMENTA IA-CM

A delegação brasileira apresentou os procedimentos e papéis de trabalhos necessários para que seja realizada autoavaliação de maturidade de Auditoria Interna com a ferramenta Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM). A intervenção teve o intuito de subsidiar um processo de decisão em cada país membro do Mercosul sobre a utilização de ferramenta comum de avaliação de maturidade das unidades centrais de auditoria interna.

Na sequência, deliberou-se por não se tomar decisão rápida sobre o assunto. Desse modo, decidiu-se pelo conhecimento das etapas da metodologia IA-CM para posterior deliberação pelas autoridades nacionais sobre inclusão de entrega relacionada ao assunto no Programa de Trabalho de 2024.

5. TROCA DE EXPERIÊNCIAS SOBRE O PROCESSO DE SUPERVISÃO TÉCNICA

O Brasil apresentou alguns desafios de supervisão técnica vivenciados no país para troca de experiências:

- Capacidade de realizar auditorias em unidades de auditoria interna muito estruturadas. Para exemplificar este primeiro desafio, a delegação brasileira apresentou o caso da unidade de auditoria interna do Banco do Brasil, que possui aproximadamente 500 auditores, enquanto a unidade de auditoria interna de estatais da CGU possui aproximadamente 80 auditores. Foram apresentadas boas práticas por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai para auxiliarem no desafio apresentado;
- Nível de maturidade muito diferente entre as unidades de auditoria interna. Por exemplo: unidade de auditoria interna de empresa pública com 500 auditores x auditoria interna de universidades com 2 auditores. A delegação brasileira apresentou o caso de supervisão técnica das auditorias das instituições federais de ensino. Delegações da Argentina, Paraguai e Uruguai apresentaram boas práticas para auxiliarem no desafio;
- Compartilhamento de planejamento de trabalhos entre a CGU e unidades de auditoria interna. Brasil apresentou o caso do planejamento anual de auditoria da CGU. Argentina, Paraguai e Uruguai apresentaram boas práticas.

Por fim, o Programa de Trabalho 2023-2024 da REOGCI foi atualizado com a inclusão dos seguintes produtos:

- Documento de consolidação sobre "*Fideicomisos Públicos y Fondos Fiduciarios*" dos Estados Partes do Mercosul.
- Documento de consolidação da estrutura de Supervisão Técnica dos Estados Partes do Mercosul.

Os países membros do Mercosul reafirmaram o compromisso mútuo de fortalecer o controle interno, reconhecendo a importância da cooperação regional para alcançar resultados tangíveis relacionados a um futuro mais transparente e responsável para todos.



O secretário Ronald Balbe com representantes dos países do Mercosul e convidados

CPLP

OECI

X Conferência dos Organismos Estratégicos de Controle Interno

Nos dias 23 e 24 de novembro de 2023, ocorreu a Conferência dos Organismos Estratégicos de Controle Interno da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (OECI/CPLP), em Praia, Cabo Verde. A Controladoria-Geral da União (CGU) foi representada pelo diretor de Auditoria de Governança e Gestão, José Gustavo Lopes Roriz.

A OECI/CPLP tem como principal objetivo promover a cooperação técnica, fomentar o conhecimento e boas práticas,

promover a criação de instrumentos comuns para o exercício eficaz da missão dos organismos de controle interno da Comunidade.

Nesta edição, o lema da conferência foi "Controle de aquisições públicas". O representante de cada governo apresentou um painel. O Brasil apresentou o tema: Auditoria interna governamental como instrumento de apoio à gestão das contratações públicas. José Gustavo Roriz abordou o contexto das compras e aqui-

sições no país, em especial a nova Lei de Licitações. Também mencionou as inovações tecnológicas desenvolvidas pela CGU como ferramenta de apoio às compras e contratações: o Analisador de Licitações, Contratos e Editais – ALICE, e o projeto piloto Produtora de Informações Estratégicas para a Tomada de Decisão com base em Risco pelo Agente Público – Pietra. Por fim, relatou as principais avaliações realizadas pela CGU sobre compras e aquisições públicas.

No dia 24 de novembro, durante a conferência, foram apresentadas as atualizações ao “Guia de Controle das Execuções Públicas para os OECI/CPLP”. O referido documento foi elaborado pelo Grupo Técnico Permanente. A aprovação

das alterações tem como objetivo a harmonização dos controles operacionais a desenvolver por todos os OECI no âmbito de suas respectivas ações que incidam sobre esta vertente.

Ao final do encontro, foi elaborado e assinado pelos representantes presentes o “Memorando de Praia” que versa sobre:

- a aprovação das alterações no referido Guia de Controle das Execuções Públicas para os OECI/CPLP;
- a realização da próxima conferência, que terá Guiné Bissau como anfitriã e cujo tema será “O uso das tecnologias de informação como ferramenta de processo de controle interno.

G20

ACWG

Conscientização de Servidores Públicos sobre o Combate à Corrupção

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou de evento do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (Anti-corruption Working Group - ACWG) que abordou a conscientização de servidores públicos sobre o combate à corrupção. Promovido pelos copresidentes do G20 ACWG, Índia e Itália, em parceria com a Escola Nacional de Administração Italiana, o Instituto de Administração Pública da Índia e a Organização Ítalo-Latino Americana (IILA), o evento ocorreu no dia 29 de novembro de 2023, em Roma, Itália.

O evento teve como foco central discutir abordagens de capacitação e conscientização de servidores públicos para fortalecer a prevenção e o combate à corrupção, sob a perspectiva do papel desempenhado pelas Escolas Nacionais de Administração Pública. A agenda contou, ainda, com a apresentação da metodologia desenvolvida pela IILA como exemplo de estratégia de capacitação anticorrupção, bem como uma sessão especial, realizada em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Esta sessão foi dedicada a discutir os avanços e desenvolvimentos recentes na criminalização e responsabilização do suborno transnacional, além da promoção da capacitação como ferramenta para combatê-lo.

A CGU apresentou aos demais participantes o curso virtual sobre suborno transnacional, desenvolvido em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Destacou o conteúdo abordados, os tipos de material didático oferecidos e a utilização

da plataforma virtual da ENAP como forma de disseminar amplamente o tema do suborno transnacional entre servidores públicos e o público geral interessado.

No encerramento do encontro, os atuais copresidentes do G20 ACWG passaram simbolicamente o bastão do comando do grupo ao Brasil e à França, próximos copresidentes.

A CGU, como coordenadora dos trabalhos do G20 ACWG no Brasil, apresentou as prioridades da presidência brasileira para o grupo de trabalho em 2024. Para este ano, o foco reside em promover a integridade pública e privada, a recuperação direta de ativos e o combate à corrupção, de maneira a fomentar o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico e a redução das desigualdades.

REDES

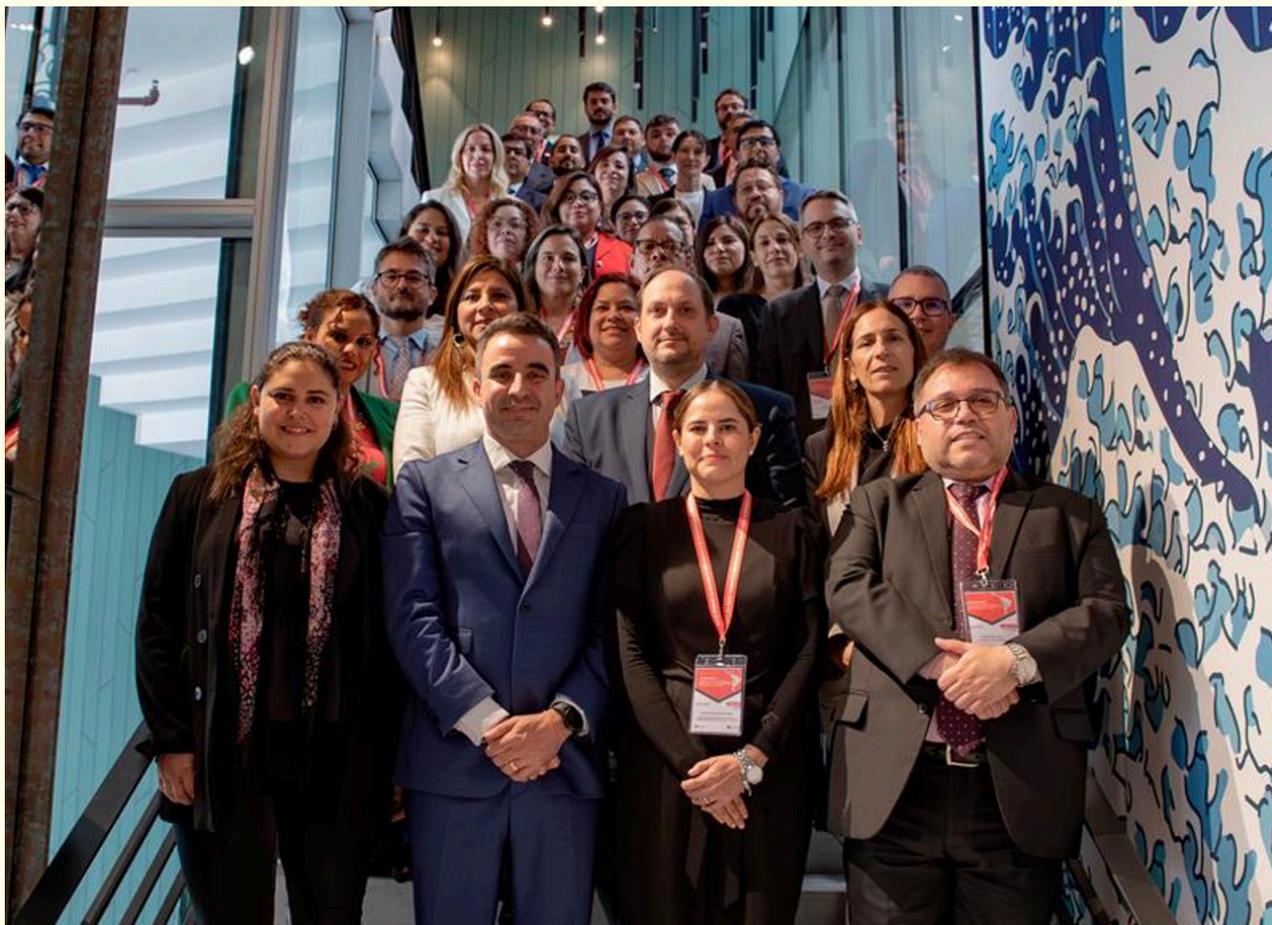
LAC-LEN

5ª Reunião da Rede de Agentes de Aplicação da Lei Anticorrupção na América Latina e Caribe

Entre os dias 14 e 16 de novembro de 2023, em Lima, Peru, ocorreu a 5ª reunião da Rede de Agentes de Aplicação da Lei Anticorrupção na América Latina e Caribe (Rede LAC-LEN). A reunião foi organizada pela Procuradoria-Geral do Estado do Peru, em coordenação com a Divisão Anticorrupção da OCDE, e focou temas atuais que envolvem o processo de investigação e apuração de atos de corrupção, como a responsabilização de pessoas jurídicas e a cooperação internacional.

A rede foi copresidida pelo Brasil durante o encontro, representado pelo secretário de Integridade Privada da Controladoria-Geral da União (CGU), Marcelo Pontes Vianna. Além do secretário, participaram do evento representantes da SIPRI e da AINT. A chefe da AINT, Elizabeth Cosmo, moderou dois painéis na ocasião, um relacionado às atualizações legislativas e institucionais na região, e outro sobre apresentação de casos concretos de suborno transnacional. Já o coordenador-geral Leonardo Larrossa abordou a avaliação de integridade no contexto de processos de responsabilização, enquanto o coordenador-geral Leandro Pacheco tratou da mensuração de dano e da vantagem indevida nas negociações de acordos de leniência em sua fala.

O evento proporcionou o compartilhamento de conhecimentos e experiências no enfrentamento à corrupção, como mecanismos de investigação e dificuldades nas apurações de delitos ocorridos no âmbito da administração pública. Também serviu para estreitar as relações entre agentes públicos responsáveis por essa tarefa.



Integrantes da LAC-LEN

INTEGRIDADE

Conferência Anual Internacional de Integridade e 7ª Reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe OCDE-BID

A Controladoria-Geral da União (CGU), representada pela Secretaria de Integridade Pública, participou, entre os dias 27 e 29 de novembro de 2023, da Conferência Anual Internacional de Integridade (CAII 2023) e da 7ª Reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe OCDE-BID, em Lima, Peru.

A CAII 2023 foi organizada pela Controladoria-Geral da República do Peru, nos dias 27 e 28 de novembro, como um espaço acadêmico no qual se objetivou promover a análise e o debate de espe-

cialistas no tema anticorrupção, a partir de diferentes enfoques em nível mundial, com vistas a promover o acesso a novas tendências e boas práticas. O tema da Conferência foi "Freando a corrupção: estratégias colaborativas de investigação e sistemas de sanção".

No dia 29 de novembro, ocorreu a reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe.

A Rede foi lançada em 2017, reunindo os principais responsáveis pelos sistemas

de integridade dos países da região. Tem como objetivo promover debates e o intercâmbio de melhores práticas e lições aprendidas acerca da implementação de políticas de integridade no nível regional e internacional. O público do evento incluiu controladorias e agências de integridade pública e anticorrupção. A participação da CGU nesse relevante encontro foi uma oportunidade de fortalecimento do Brasil como interlocutor regional para assuntos de integridade pública.

A reunião foi organizada conjuntamente pela comunidade MapalInversiones e pela Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores, da qual o Tribunal de Contas da União é o representante brasileiro e atual presidente.

A comunidade MapalInversiones é um espaço de interação multissetorial formado por organismos públicos, empresas e organizações da sociedade civil dos países da América Latina e Caribe que trabalham na construção coletiva de políticas de transparência e integridade dos recursos públicos, a partir do intercâmbio de boas práticas e recomendações. Este espaço promove a integração de distintos setores no processo de tomada de decisões de políticas públicas.

A programação foi desenvolvida em três eixos principais, todos de interesse da CGU: 1. Tecnologia e inovação; 2. Planejamento e controle baseados em dados; 3. Equidade, inclusão e sustentabilidade ambiental.

CAPACITAÇÃO

ESTADOS UNIDOS

Servidores da CGU participam de três eventos na área de tecnologia

MICROSOFT IGNITE

Entre os dias 13 e 20 de novembro de 2023, os servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação da Controladoria-Geral da União (CGU), Barbara Diniz Pessoa Garcia e Rafael Leandro Ferreira, participaram da Conferência *Microsoft IGNITE 2023*, em Seattle, Washington, nos Estados Unidos.

Este encontro internacional é especialmente voltado para desenvolvedores, engenheiros e arquitetos de sistemas de informação que utilizam as tecnologias Microsoft, e a CGU possui um grande

contrato com a empresa, permeando diversas ferramentas que compõem o seu parque tecnológico.

Durante os dias em que estiveram no evento, os servidores participaram de minicursos, palestras, apresentações e sessões que abordaram as últimas inovações e tendências no cenário tecnológico, de forma a promover a capacitação nas áreas de engenharia para infraestrutura de TI e no desenvolvimento de software em .NET.

A participação no evento permitiu aos

servidores não apenas aprimorar suas habilidades, mas também adquirir conhecimentos sobre produtos e ferramentas, contribuindo assim para o contínuo aperfeiçoamento dos sistemas computacionais desenvolvidos no âmbito da CGU.

O conhecimento adquirido foi compartilhado com a equipe, visando elevar a

AWS RE:INVENT 2023

Entre os dias 26 de novembro e 1º de dezembro de 2023, em Las Vegas, nos Estados Unidos da América, os servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) Raniere Araújo de Campos e Luciana Bringel de Carvalho participaram do *AWS Re:Invent 2023*.

Ao longo dos seis dias de evento, os servidores puderam escolher qualquer uma das palestras ofertadas entre um vasto portfólio de temas na área de tecnologia da informação.

Entre as atividades realizadas, está uma reunião de líderes do setor público de todo o mundo, na qual foi possível conhecer sobre as últimas tendências de transformação do setor público e participar de uma sessão prática e interativa de briefing sobre o *re:Invent*.

No evento também foi possível acompanhar sessões que tratavam de temas como:

- as etapas a serem seguidas com os serviços de operações em nuvem da AWS para centralizar e simplificar a auditoria e a conformidade contínuas;
- as melhores práticas para otimização de custos com armazenamento na nuvem através das várias classes de storage; e
- utilização da ferramenta S3 Storage Lens para acompanhar o uso de armazenamento na nuvem e identificar oportunidades de economia de custos, performance e proteção de dados.

Os servidores tiveram acesso ao conhecimento sobre diversas arquiteturas e tecnologias a serem utilizadas no ambiente de nuvem AWS, nos sistemas e soluções existentes. Atividades de capacitação como essa contribuem para a implantação de novos projetos da CGU.

CONFERÊNCIA GARTNER IT INFRASTRUCTURE, OPERATIONS AND CLOUD STRATEGIES

Os servidores Alexandre Martins Nogueira da Secretaria Federal de Controle Interno, e Amanda Fonseca Campanharo e Dário Bonfim Abreu, da Diretoria de Tecnologia da Informação, estiveram em Las Vegas, nos Estados Unidos.

O objetivo da missão foi participar do *Gartner IT Infrastructure, Operations & Cloud Strategies Conference 2023*, que

qualidade e inovação nos projetos desenvolvidos, alinhando-se aos padrões tecnológicos mais recentes e eficazes. A participação na conferência pode ser vista como um investimento estratégico para o contínuo aprimoramento dos sistemas da instituição.

ocorreu entre os dias 04 e 08 de dezembro de 2023.

Os encontros permitiram discussões de grande importância no contexto das contratações de serviços de computação em nuvem no âmbito da administração pública federal, com destaque para as palestras ministradas por consultores internacionais e para as possibilidades de contato com

alguns gestores de organizações privadas e com os próprios consultores.

O evento promoveu várias palestras, workshops, exposições. Os temas propostos envolveram: estímulo à inovação,

plataformas de engenharia, desenvolvimento de habilidades, liderança, otimização de custos, diversidade, equidade e inclusão, sustentabilidade, além da trilha sobre computação em nuvem.



Auditório do Gartner

A Conferência destacou a importância da preparação para mudanças tecnológicas rápidas, a adoção de novas estratégias em segurança cibernética, a integração da inteligência artificial nas operações empresariais, evolução contínua em infraestrutura de tecnologia da informação e o papel do líder de tecnologia como agente de transformação. O evento evidenciou um cenário tecnológico em rápida evolução, exigindo uma adaptação ágil e proativa por parte das organizações.

Além disso, o evento contribuiu para potencial agregação de valor nas auditorias a serem realizadas pela CGU sobre a temática de nuvem.

DINAMARCA

Servidoras da CGU participam de curso sobre insights comportamentais

Durante os dias 22 a 24 de novembro de 2023, servidoras da Diretoria de Estudos e Desenvolvimento da Integridade Pública da Controladoria-Geral da União (CGU) participaram do curso [*Masterclass in Nudging & Behavioural Insights*](#), promovido pela iNudgeyou e realizado em Copenhague, na Dinamarca.

O curso abordou a teoria do *nudging*, com base em teorias da psicologia cognitiva e social e da economia comportamental, aspectos éticos da utilização de nudges e a Metodologia BASIC para o desenvolvimento de intervenções comportamentais eficazes. Essa metodologia foi desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em conjunto com o Dr. Pelle Hansen, fundador da iNudgeyou. O curso foi ministrado pelo Dr. Pelle Hansen e pelos instrutores Caroline Gundersen e Jesper Jensen.

A participação da equipe da CGU foi motivada pela condução do projeto de aplicação de insights comportamentais para integridade, em desenvolvimento como piloto na política de conflito de interesses. Outro fator que influenciou a escolha do curso foi a perspectiva de criação de um núcleo de aplicação de insights com-

portamentais em políticas públicas de integridade na CGU, nos moldes de iniciativas já consolidadas em outros países, tais como o iNudgeyou, na Dinamarca, e o [*Behavioural Insights Team*](#), no Reino Unido.



Sala de aula do curso sobre insights comportamentais realizado na Dinamarca

RETROSPECTIVA 2023

COMPROMISSOS, RESULTADOS E AVALIAÇÕES

[IACA lança relatório sobre uso de dados para a prevenção da corrupção no Brasil](#)

[Encerramento do projeto "Fortalecendo a integridade em tempos de crise"](#)

[Quarta Rodada de Avaliação do Brasil no âmbito do Grupo de Ação Financeira](#)

[Servidores da CGU apresentam trabalhos em Congresso Internacional](#)

[Servidores da CGU lideram painel e apresentam estudo em conferência na Hungria](#)

[OCDE: missão para avaliação do Brasil na Convenção Antissuborno acontece nesta semana](#)

[OCDE conclui a fase 4 de avaliação do Brasil - Boletim CGU Internacional 27](#)

[Projeto brasileiro é premiado na Open Government Partnership Awards 2023](#)

[Brasil sediará os dois maiores eventos sobre dados abertos da América Latina em 2024](#)

[CGU apresenta ações de colaboração com dados abertos na Condatos 2023](#)

[Servidores da DIE têm artigo aceito em conferência sobre Inteligência Artificial](#)

[Conferência Internacional de Integridade Pública](#)

PARCERIAS E DEBATES

[CGU e ANTAIP assinam acordo de cooperação para fortalecer transparência e acesso à informação](#)

[Ministro da CGU recebe auditores de Moçambique](#)

[Diretoria de Estudos da Integridade Pública recebe visita de professora de Oxford](#)

[CGU discute igualdade de gênero e desafios de mulheres em posição de liderança - Boletim CGU Internacional 24](#)

[CGU e especialistas do UNODC discutem mensuração da corrupção - Boletim CGU Internacional 25](#)

ACOMPANHAMENTO DE CONVENÇÕES

OEA

[39ª Reunião da Comissão dos Peritos do MESICIC](#)

[40ª Reunião da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana contra a Corrupção - Boletim CGU Internacional 27](#)

OCDE

[1ª Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE - 2023](#)

[2ª Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE - 2023 - Boletim CGU Internacional 25](#)

[3ª Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE - 2023 - Boletim CGU Internacional 27](#)

4ª Reunião Plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional da OCDE - 2023 - Boletim CGU Internacional 28

[Fase 4 da avaliação do Brasil e visita in loco](#)

ONU

[Plataforma de Ação contra Corrupção do Pacto Global da ONU no Brasil - Boletim CGU Internacional 23](#)

[14ª Sessão do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a 14ª Sessão do Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção - Boletim CGU Internacional 25](#)

[Conferência sobre o Combate à Corrupção nos Países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - Boletim CGU Internacional 25](#)

[UNCAC: CGU participa de série de reuniões em Viena - Boletim CGU Internacional 27](#)

[CGU participa de reuniões de coordenação para a 28ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima - Boletim CGU Internacional 27](#)

28ª Conferência das Partes da Convenção de Mudança do Clima - Boletim CGU Internacional 28

Conferência dos Estados Partes da UNCAC – Caderno Especial do Boletim CGU Internacional 28

G20

[1ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 - 2023 - Boletim CGU Internacional 23](#)

[2ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 - 2023 - Boletim CGU Internacional 25](#)

[3ª Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 - 2023 - Boletim CGU Internacional 26](#)

Conscientização de Servidores Públicos sobre o Combate à Corrupção - Boletim CGU Internacional 28

COMITÊS, REDES E GRUPOS TEMÁTICOS

OCDE

[Reunião sobre integridade pública entre a CGU e a OCDE - Boletim CGU Internacional 23](#)

[45ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa - Boletim CGU Internacional 24](#)

[40ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização - Boletim CGU Internacional 24](#)

[6ª Reunião do Grupo de Trabalho de Governo Aberto - Boletim CGU Internacional 24](#)

[Fórum Global Anticorrupção e Integridade 2023 - Boletim CGU Internacional 25](#)

[Reunião do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários da Integridade Pública - Boletim CGU Internacional 25](#)

[9º Encontro do Grupo de Especialistas da OCDE em Dados Governamentais Abertos - Boletim CGU Internacional 27](#)

[68ª Sessão do Comitê de Governança Pública](#)

[41ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização - Boletim CGU Internacional 27](#)

Reunião do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários da Integridade Pública - Boletim CGU Internacional 28

46ª Reunião do Comitê de Governança Corporativa - Boletim CGU Internacional 28

Reunião Interseccional do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Estatal e Práticas de Privatização - Boletim CGU Internacional 28

7ª Reunião da Rede de Integridade Pública da América Latina e Caribe OCDE-BID - Boletim CGU Internacional 28

MERCOSUL

[XX Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul](#)

[XXI Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul](#)

BRICS

[Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS - Boletim CGU Internacional 23](#)

[Training for Anti-corruption Professionals - Boletim CGU Internacional 25](#)

[Workshop virtual sobre impacto da corrupção e gênero - Boletim CGU Internacional 26](#)

[CGU participa de seminário internacional sobre gênero e corrupção do BRICS](#)

RTA

[XXIV Reunião da Rede de Transparência e Acesso à Informação](#)

[XXV Reunião da Rede de Transparência e Acesso à Informação](#)

GIRC

[41º Encontro da Rede de Governança, Integridade, Riscos e Controle \(GIRC\)](#)

OGP

[Semana de Governo Aberto 2023](#)

[8ª Cúpula Global da Parceria para Governo Aberto - Boletim CGU Internacional 27](#)

LAC-LEN

5ª Reunião da Rede de Agentes de Aplicação da Lei Anticorrupção na América Latina e Caribe (LAC-LEN) - Boletim CGU Internacional 28

LEO

[Encontro da Rede dos Oficiais de Aplicação da Lei \(Law Enforcement Officials Network - LEO\) - Boletim CGU Internacional 25](#)

CPLP

X Conferência dos Organismos Estratégicos de Controle Interno - Boletim CGU Internacional 28

CONFERÊNCIAS

[Ministro da CGU participa da Brazil Conference e realização missão aos EUA](#)

[CGU participa de conferência sobre políticas anticorrupção na América Latina](#)

[DTI participa de um dos principais eventos de Data & Analytics do mundo](#)

[12ª RightsCon - Boletim CGU Internacional 25](#)

[IACA Summer Academy 2023 - Boletim CGU Internacional 25](#)

[ComplianceNET - Boletim CGU Internacional 25](#)

[Seminário Internacional de Responsabilidade Pública: Experiências inspiradoras na Espanha e na América Latina](#)

[1º Congresso Internacional de Ciências Jurídicas e Governo da Universidade Americana - Boletim CGU Internacional 26](#)

[Conferência Global sobre a utilização de dados para a melhoria da mensuração da corrupção](#)

[Conferência Regional: Combate à Corrupção e Contratos Públicos Transparentes e Inclusivos](#)

[CGU participa de evento internacional na área de Ciências Forenses](#)

[CGU participa de conferência da OCDE sobre tecnologias cívicas](#)

[CGU participa do XXVI Congresso Internacional de Direito Constitucional](#)

[Ministro da CGU participa do Fórum Esfera Internacional em Paris, na França](#)

[Ministro da CGU palestra em evento na Universidade de Frankfurt, na Alemanha](#)

[SFC participa da Conferência de Administração Pública no Espaço Lusófono](#)

XXVIII Congresso Internacional sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública
- Boletim CGU Internacional 28

Conferência Anual Internacional de Integridade (CAII 2023) - Boletim CGU Internacional 28

PUBLICAÇÕES

[Guia para Avanço da Transparência Financeira para o Desenvolvimento da Rede Global para Transparência Fiscal](#)

[CGU e Conaci lançam estudo sobre requisitos do IA-CM e as normas internacionais de auditoria interna](#)

[Dossiê especial da Revista da CGU é lançado em Lisboa, Portugal](#)

[Fortalecendo a Liderança em Integridade na Administração Pública Federal do Brasil: Aplicando Insights Comportamentais para Integridade Pública](#)